

Que é a Igreja Episcopal?

Nestes dias de incertezas, confusão e perplexidade, muitos há que se voltam para a religião, na esperança de encontrar algo que realmente os conforte e os inspire a viver. Este fato verifica-se mais acentuadamente entre os moços de amos os sexos, inclusive casais jovens que desejam criar um ambiente espiritual para si e para os seus filhos.

Dentre as forças vivas do Cristianismo contemporâneo, figura a Igreja Episcopal, cujos elos históricos a ligam à era apostólica e cuja visão da realidade a conserva sempre alerta às exigências dos novos tempos.

O título “Episcopal” não apenas refere o seu tipo de governo eclesiástico, mas lembra, ainda, que não se trata de uma seita moderna, fundada pelos homens, aqui ou ali com o fito de ressaltar este ou aquele ponto doutrinário, em detrimento de outros. Antes, considera-se uma Igreja Católica, no sentido básico do termo, porquanto possui as credenciais da tradição apostólica, preserva e ensina toda a verdade cristã e se destina a todos os homens de todos os tempos.

I

Historicamente, está ela entroncada na grande Comunhão Anglicana, a qual, pela sua posição influente e simpática no cenário religioso destes últimos séculos, desfez-se do seu sentido regional, propagando-se a todas as raças e nações da terra. Na vetusta “Magna Charta” dos ingleses, a expressão latina “Ecclesia Anglicana” era empregada para mencionar a Igreja da Inglaterra, então submetida à autoridade papal. Porém vocábulos como “anglicano” e “romano” deixaram de circunscrever-se a um país ou lugar para designar cada qual um ramo eclesiástico de âmbito universal e de características próprias.

Como dissemos inicialmente, não se trata de uma seita destituída de ligação ininterrupta com a Igreja primitiva. Por outro lado, não menos real e construtiva é a sua relação com a Reforma religiosa do séc. XVI. Sem perder o seu caráter católico, é a Igreja Episcopal também chamada “protestante”, pelo fato de se haver libertado da tutela de Roma e assim retornado à sua antiga independência. Essa independência fora desfrutada nos primeiros séculos da Igreja no que é hoje as ilhas britânicas, até que o monge Sto. Agostinho, enviado pelo Papa Gregório, conseguiu submetê-la à jurisdição papal, no séc. VI. Esta submissão que nunca foi feliz nem desejada pelo povo, terminou mil anos depois, quando as aspirações populares foram acidentalmente – e providencialmente – satisfeitas, graças a uma querela pessoal do rei inglês com o Papa. Que tais aspirações eram constantes e manifestas demonstra-o a redação da “Magna Charta” onde se requer que a Igreja Anglicana seja livre (“libera sit”), bem como o fato de que Estevão Langton, Arcebispo de Cantuária (1207-1228), se recusou a publicar a bula em que Inocêncio III excomungava os signatários daquele memorável documento.

Portanto, muito ao contrário do que a Igreja de Roma tem provalado, a Igreja Anglicana não foi fundada pelo Rei Henrique VIII, pelo simples motivo de que ninguém pode fundar aquilo que já existe. Foi, sim, reformada e purificada, no decurso de vários reinados, a partir de sua separação da sé romana. Conservou-se fundamentalmente a mesma Igreja que, por séculos, havia existido naquelas ilhas, mantendo a mesma fé, o mesmo culto e o mesmo ministério.

A Comunhão Anglicana que, em muitos países, adquiriu a designação de Igreja Episcopal, está hoje, disseminada pelos quadrantes da terra. É admirável como, não obstante a completa autonomia

das suas ramificações nacionais, entre as mais variadas raças e culturas, nunca se partem os elos afetivos e espirituais que as entrelaçam nessa grandiosa Comunhão eclesiástica.

Congressos pan-anglicanos, onde se representam quase todos os países do mundo, despertam cada vez maior entusiasmo e senso de união entre os diversos ramos do Anglicanismo. São notáveis as Conferências de Lambeth que, ao fim de cada decênio, reúnem todos os bispos, durante semanas a fio, para mútua consulta e para, no espírito de oração e humildade, opinar em assuntos relacionados com a doutrina e a vida cristã, em face da situação do mundo. Os pronunciamentos desse conclave são publicados na forma de encíclicas que, em geral, despertam interesse, admiração e respeito em toda a cristandade.

II

Quanto à sua doutrina, a Igreja Episcopal aceita e propaga a fé cristã afirmada autorizadamente no Credo dos Apóstolos e no Credo Niceno. O primeiro deles, o mais popular no Cristianismo ocidental, tem em seu abono a chancela da antigüidade, sumulando fielmente o ensino apostólico. O segundo possui a autoridade incontestável da Igreja indivisa, reunida no célebre Concílio de Nicéia.

A Igreja Episcopal tem na Bíblia ou Santas Escrituras a fonte primordial da doutrina e da vida cristã. Nas suas páginas sagradas registam-se os fundamentos históricos do Cristianismo, bem como a expressão, a um tempo, clássica e vital da mente e dos propósitos redentores de Deus. Certo que a tradição cristã abrange muito mais que a Bíblia. Nela se inclui a preciosa contribuição dos grandes santos e pensadores da Igreja, as comoventes liturgias, o tesouro devocional dos séculos e as sérias implicações morais da fé cristã na vida cotidiana. A posição proeminente da Bíblia reside em que a própria Igreja, guiada pelo Espírito Santo, reuniu esses inestimáveis documentos e os reconheceu como sua norma de fé (regula fidei).

A Igreja não conserva a Bíblia como origem exclusiva de todo o conhecimento necessário à vida cristã. Muito menos, vê nela, um manual de informações científicas. Por outro lado, a Igreja não pode prescindir da Bíblia, como se esta fora literatura fora da época. A ciência moderna, acrescida da experiência religiosa de nossos dias, seria insuficiente para o crescimento espiritual da Igreja. A Bíblia de tal maneira está permeada da vida e do ministério de Cristo que não podemos encontrar outro elemento que a ela equivalha na revelação da divina personalidade. É, pois, legítima a sua posição moderadora numa Igreja cuja pedra angular é Jesus Cristo.

III

A Igreja Episcopal conserva os Sacramentos tradicionais do Cristianismo histórico e os usa como meios eficientes da graça divina, escoimados de quaisquer associações supersticiosas ou subalternas.

Dá grande realce aos dois Sacramentos do Evangelho, instituídos pelo próprio Senhor, a saber, o Santo Batismo e a Sagrada Eucaristia ou Comunhão.

Visto que a Igreja não constitui mero conglomerado de pessoas, e sim uma sociedade que o Senhor mesmo criou para formar o Seu corpo místico sobre a terra, o Batismo é o nosso "novo

nascimento”, no sentido de que, por ele, nascemos, não numa família humana, mas na família de Deus – a Igreja.

Na Santa Comunhão, temos o nosso encontro pessoal e vivo com Cristo, sob as formas dos sagrados elementos – o pão e o vinho. A Igreja Episcopal denomina essa preciosa experiência de Presença Real, sem formular dogmas particulares, como o da “transubstanciação”, com o fito de definir o indefinível.

Os demais atos sacramentais da Igreja – a Confirmação, a Penitência, as Sagradas Ordens, o Matrimônio e a Unção – fazem parte integrante da vida regular dos fiéis, trazendo a sanção e o favor de Deus às diversas fases da sua existência e das suas atividades “como estados aprovados nas Escrituras”.

IV

No que respeita ao seu governo e ao seu ministério, a Igreja Episcopal mantém a antiga democracia católica, observada pela Igreja Universal antes que o Papa de Roma assumisse a posição de autoridade suprema e, mais tarde, “infallível”, com todas as suas desastrosas conseqüências. A Igreja Oriental nunca lhe reconheceu essa posição, o mesmo fazendo a Igreja Anglicana, desde que recuperou a sua velha autonomia.

Para a Igreja indivisa dos primeiros séculos, bem como para os ramos ortodoxos e anglicanos de hoje, a autoridade suprema da Igreja reside na própria Igreja como um todo, e não em algum indivíduo ou grupos de indivíduos. Nenhuma doutrina se pode considerar dogma de fé, sem a sua aceitação por um Concílio Ecumênico ou Universal, em que a Igreja inteira esteja representada por delegações devidamente autorizadas.

O ministério da Igreja consiste nas ordens de Bispos, Presbíteros e Diáconos, em sucessão histórica, desde os dias apostólicos. Essa hierarquia serve a Igreja e a representa como o Corpo de Cristo, no desempenho da sua missão redentora – missão da qual participa individualmente cada membro da Igreja. Cada ministro é inteiramente livre para contrair matrimônio ou permanecer solteiro, conforme decidir na sua consciência, na presença de Deus.

V

Uma das salientes características da Igreja Episcopal é o seu culto. Há certo ritual e colorido nesse culto. O altar, os paramentos, a música, a bem dizer, formam a atmosfera propícia à adoração de Deus, “na beleza da santidade”. Não se trata de um formalismo vazio de significado espiritual. Pelo contrário, o culto litúrgico provê cuidadosamente uma ordem de adoração em que cada pormenor fala de alguma doutrina, ou de algum fato evangélico, ou de alguma aspiração humana, culminando no ato supremo da adoração cristã, a Santa Eucaristia.

A liturgia torna possível aos fiéis a sua participação pessoal, viva e inteligente no culto, de sorte que este não é apenas um ato do ministro mas da congregação inteira. As vestes impedem que o oficiante se traje para tão sublime ato, apenas de acordo com o seu gosto ou disposição pessoal. O famoso devocionário da Igreja Episcopal é o Livro de Oração Comum. O vocábulo “Comum” aqui significa “popular”, isto é, as orações feitas em comum pelo povo reunido em adoração coletiva a Deus. Neste livro admirável está entesourada a piedade cristã de muitos séculos. Existe ali copiosa e

inspiradora provisão espiritual para cada estágio da nossa vida, quer como indivíduos, quer como coletividade cristã.

VI

Esta é, caro leitor, em linhas gerais, a Igreja Episcopal – sua história, natureza, doutrina e culto. Desde fins do século passado, encontra-se ela em nossa querida pátria, não com o objetivo de combater a religião de quem quer que seja. Julgamos de muito mau gosto ferir convicções alheias, mormente quando estribadas na experiência espiritual e na humildade cristã. O que pretendemos – e o estamos fazendo no Brasil como em tantas outras terras – é apresentar aos descrentes, aos inseguros da sua fé, aos insatisfeitos e perplexos – a todos os que sofrem no corpo e na alma – a luz que desfaz as trevas da angústia, do erro e da escravidão moral.

A Igreja Episcopal leva muito a sério o pecado e a sua tremenda força destruidora. Não se ilude com os títulos atenuados e românticos que a moderna sociedade empresta à corrupção do espírito e do caráter. Por isso, a missão da Igreja, hoje como no passado, é essencialmente redentora. É proclamar a todos os homens a palavra da sua reconciliação com Deus e permear as suas vidas com a mensagem e com os benefícios da Cruz de Cristo.

Procurai, sem constrangimento, um clérigo desta igreja. Ele certamente vos escutará com simpatia e compreensão, dando-vos o conselho ou as informações que lhe solicitardes.

As portas da oportunidade estão, pois abertas para participardes pessoalmente da obra maravilhosa da redenção da vossa vida e (quem sabe?) de tantas outras vidas em torno de vós!

KRISCHKE, E. M. “Que é a Igreja Episcopal?” Porto Alegre: Publicadora Ecclesia. Editora Metrópole.